

ESPELHO DO CURSO DE DIREITO DA FAES

Bacharelado em Direito

Faculdade Espírito Santo – FAES | Eunápolis, Bahia

Documento elaborado para fins de apresentação à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

1. DADOS INSTITUCIONAIS

Mantenedora	IEB – Instituto Educacional do Sul da Bahia
CNPJ	46.146.792/0001-08
Mantida	Faculdade Espírito Santo – FAES
Endereço	Rodovia BR 101, KM 719, nº 2181, URBIS I, Eunápolis/BA – CEP: 45.829-110
Representante Legal	Danieli Ferreira Bento
Procuradora Institucional	Danieli Ferreira Bento

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Código do Curso	202522004
Denominação	Direito
Grau	Bacharelado
Diploma	Bacharel em Direito
Modalidade	Presencial
Turnos	Matutino e Noturno
Periodicidade	Semestral
Integralização Mínima	10 semestres (5 anos)
Integralização Máxima	16 semestres (8 anos)

Vagas Anuais	120 vagas (60 matutino + 60 noturno)
Carga Horária Total	4.300 horas
Área CINE Brasil	0421 – Direito
Coordenadora	Prof. ^a Ms. Soane Lopes Beceveli
Regime da Coordenação	Dedicação Integral
PPC Atualizado em	Abril de 2026

3. MISSÃO, VISÃO E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

A Faculdade Espírito Santo – FAES é uma Instituição de Ensino Superior de caráter privado, localizada em Eunápolis, no sul da Bahia, inserida na região da Costa do Descobrimento. Fundada com o propósito de democratizar o acesso à educação superior de qualidade no interior baiano, a FAES atua com compromisso ético, social e pedagógico na formação de profissionais comprometidos com o desenvolvimento regional e humano.

Sua missão institucional é oferecer educação superior de qualidade, formando profissionais competentes, éticos e comprometidos com a transformação social, preparados para atuar em diferentes contextos e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região e do país.

A visão da FAES é ser reconhecida como instituição de referência na região da Costa do Descobrimento, destacando-se pela excelência acadêmica, inovação pedagógica e responsabilidade social.

4. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

A oferta do Curso de Bacharelado em Direito está fundamentada em necessidades regionais e em demandas nacionais por formação jurídica qualificada. Eunápolis, município-polo da Costa do Descobrimento, com população estimada em mais de 130 mil habitantes, apresenta crescimento econômico relevante nos setores de comércio, serviços e turismo, o que amplia a necessidade de profissionais do Direito preparados para atuar com competência técnica e compromisso social.

Fatores que justificam a oferta do curso

- crescimento econômico regional, especialmente nas áreas de comércio, serviços e turismo;
- demanda por profissionais jurídicos aptos a responder às transformações sociais, urbanas e institucionais da região;
- existência de uma subseção ativa da OAB/BA, que reforça a relevância da formação jurídica local;
- necessidade de atuação qualificada em temas como desenvolvimento urbano, regularização fundiária, direito ambiental e relações de consumo;
- proximidade com importantes destinos turísticos, como Porto Seguro, o que amplia a complexidade das demandas jurídicas locais.

Nesse contexto, a interiorização da formação jurídica mostra-se estratégica para ampliar o acesso ao ensino superior, fortalecer o acesso à justiça e contribuir para a consolidação do Estado Democrático de Direito na região.

O cenário jurídico da região é marcado pela carência de advogados em relação ao número de habitantes, pela presença de uma subseção ativa da OAB/BA, e por demandas específicas relacionadas ao desenvolvimento urbano, regularização fundiária, direito ambiental, relações de consumo e proximidade com destinos turísticos relevantes como Porto Seguro. A interiorização da formação jurídica é estratégica para a democratização do acesso à justiça e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito na região.

5. OBJETIVO DO CURSO

Objetivo Geral

Formar bacharéis em Direito com sólida preparação humanística, técnico-jurídica e prática, aptos a atuar com competência, ética e responsabilidade social nas diversas áreas do ordenamento jurídico, contribuindo para a promoção da justiça, a defesa dos direitos fundamentais e o desenvolvimento regional.

Objetivos Específicos

- Desenvolver nos discentes o pensamento jurídico crítico, reflexivo e interdisciplinar;
- Capacitar para a interpretação e aplicação das normas jurídicas, da jurisprudência e da doutrina;
- Promover a integração entre teoria e prática por meio do Núcleo de Prática Jurídica e do estágio supervisionado;
- Estimular o uso de tecnologias digitais e métodos contemporâneos na prática jurídica;
- Preparar para a atuação em meios consensuais de solução de conflitos (mediação, conciliação e arbitragem);
- Desenvolver competências voltadas ao contexto regional da Costa do Descobrimento;

- Incentivar a pesquisa científica, a extensão universitária e a educação continuada.

6. PERFIL DO EGRESSO

O egresso do Curso de Bacharelado em Direito da FAES é formado em consonância com a Resolução CNE/CES nº 5/2018 (DCN do Curso de Direito), apresentando as seguintes características:

- **I. Fundamentação Teórica e Prática:**

Sólida formação teórica articulada à prática jurídica, desenvolvida no Núcleo de Prática Jurídica, estágios supervisionados e ações extensionistas.

- **II. Capacidade Crítica e Reflexiva:**

Análise crítica dos fenômenos jurídicos, sociais, políticos e econômicos, compreendendo o Direito como instrumento de transformação social.

- **III. Ética e Compromisso Social:**

Atuação fundamentada em princípios deontológicos, respeito aos direitos humanos e promoção da cidadania.

- **IV. Competências Técnico-Jurídicas:**

Domínio da interpretação e aplicação do ordenamento jurídico, elaboração de peças processuais e argumentação jurídica.

- **V. Resolução de Conflitos:**

Capacidade de atuar em meios judiciais e consensuais, incluindo mediação, conciliação e arbitragem.

- **VI. Inovação e Tecnologias:**

Domínio de ferramentas digitais aplicadas ao Direito, processos eletrônicos, LGPD e novas tecnologias jurídicas.

- **VII. Formação Humanística e Regionalizada:**

Sensibilidade às questões sociais, culturais e econômicas do contexto de Eunápolis e da Costa do Descobrimento.

7. CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O egresso poderá atuar, entre outros, nos seguintes campos:

- Advocacia (pública ou privada) em todas as áreas do Direito: Civil, Penal, Trabalhista, Tributário, Empresarial, Ambiental, do Consumidor;
- Carreiras públicas: Magistratura, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia Pública, Delegacia de Polícia, Procuradorias;

- Assessoria e consultoria jurídica empresarial, cooperativas e terceiro setor;
- Mediação, conciliação e arbitragem (métodos consensuais de solução de conflitos);
- Direito Digital, proteção de dados (LGPD), crimes cibernéticos e governança digital;
- Regularização fundiária, direito ambiental e gestão de conflitos socioeconômicos regionais;
- Docência e pesquisa jurídica;
- Pós-graduação (lato sensu e stricto sensu).

8. ESTRUTURA CURRICULAR

Distribuição da Carga Horária

Componente Curricular	Carga Horária	Percentual
Disciplinas Obrigatórias	3.180 h	74,0%
Disciplinas Optativas	80 h	1,9%
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	120 h	2,8%
Estágio Curricular Supervisionado	360 h	8,4%
Atividades Complementares	120 h	2,8%
Atividades Curriculares de Extensão (ACE)	440 h	10,2%
CARGA HORÁRIA TOTAL	4.300 h	100%

Matriz Curricular por Período

Período	Componentes Curriculares
1º Período	Noções de Tecnologias Digitais, Economia Política, Fundamentos de Antropologia e Sociologia, História do Direito, Leitura e Produção de Textos, Introdução ao Direito, Criminologia
2º Período	Direito Civil I, Direito Penal I, Teoria Geral do Direito, Argumentação e Comunicação Jurídica, Ciência Política e Teoria do Estado, Filosofia do Direito, Psicologia Jurídica, ACE I – Pluralismo Étnico-racial e Diversidade
3º Período	Direito Civil II, Direito Penal II, Direito Constitucional I, Hermenêutica Jurídica, Ética Geral e Profissional, Teoria Geral do Processo, Direito Digital / Proteção de Dados / LGPD, Metodologia Científica

4º Período	Direito Civil III, Direito Penal III, Direito Constitucional II, Direito Processual Civil I, Direito Empresarial I, Direito Ambiental / Urbanístico e Territorial, ACE II – Dir. Ambiental, Sustentabilidade e Resp. Social
5º Período	Direito Civil IV, Direito Penal IV, Direito Processual Civil II, Direito Administrativo I, Direito Empresarial II, Direito Constitucional III, Estágio Supervisionado I
6º Período	Direito Civil V, Direito Penal V, Direito Processual Civil III, Direito Administrativo II, Direito Empresarial III, Estágio Supervisionado II, ACE III – Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania
7º Período	Direito Civil VI, Direito Processual Civil IV, Direito Processual Penal I, Direito do Trabalho I, Direito Financeiro, Meios Consensuais de Solução de Conflitos, Optativa I, Estágio Supervisionado III
8º Período	Direito Civil VII, Direito Processual Civil V, Direito Processual Penal II, Direito do Trabalho II, Direito Tributário I, Optativa II, Estágio Supervisionado IV, ACE IV – Dir. Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural
9º Período	Direito Civil VIII, Direito Processual do Trabalho, Direito Tributário II, Direito das Relações de Consumo, Direito Agrário, Processo Constitucional, TCC I, Estágio Supervisionado V
10º Período	Direito Previdenciário, Direito da Criança e do Adolescente / Estatuto do Idoso, Direito Internacional Público e Privado, TCC II, Estágio Supervisionado VI, ACE V – Direito, Educação e Tecnologia

Disciplinas Optativas (seleção de 2 dentre as ofertadas)

Bioética e Biodireito · Contratos Empresariais Avançados · Crimes Ambientais · Crimes Cibernéticos e Investigação Digital · Direito Aduaneiro · Direito Autoral · Direito das Startups e Empreendedorismo · Direito do Agronegócio · Direito do Turismo · Direito e Inteligência Artificial · Direito Eleitoral · Direito Portuário · Direitos Humanos e Acesso à Justiça · Função Social da Propriedade · Gênero, Direito e Sociedade · Inglês/Espanhol Instrumental · Justiça Restaurativa · LIBRAS · Medicina Legal · Políticas Públicas e Direitos Sociais · Prática em Advocacia Pública · Proteção Internacional dos Direitos Humanos · Violência de Gênero e Políticas Públicas.

9. PERSPECTIVAS FORMATIVAS

A estrutura curricular está organizada em três perspectivas formativas, conforme as DCN do Curso de Direito (Res. CNE/CES nº 5/2018):

- Formação Geral: componentes humanísticos, filosóficos, sociológicos, históricos e interdisciplinares que fornecem ao estudante base ampla para compreender o Direito como fenômeno social;
- Formação Técnico-Jurídica: componentes específicos das diversas áreas e ramos do Direito (Civil, Penal, Constitucional, Trabalhista, Tributário, Processual, Empresarial, Administrativo, Ambiental, entre outros);
- Formação Prático-Profissional: desenvolvida por meio do Estágio Curricular Supervisionado (Núcleo de Prática Jurídica – NPJ), das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) e das Atividades Complementares, integrando teoria e prática desde os primeiros períodos.

10. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Carga Horária	360 horas
Início	5º período
Duração	6 semestres (5º ao 10º período)
Estrutura	Estágios Supervisionados I a VI (60 h cada)
Ambiente	Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da FAES e campos externos conveniados
Atividades	Simulações processuais, atendimento à comunidade, peças jurídicas, audiências, visitas institucionais

11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Carga Horária	120 horas (TCC I: 60h no 9º período TCC II: 60h no 10º período)
Natureza	Monografia científica ou artigo jurídico com apresentação oral
Orientação	Docente orientador designado pelo Colegiado de Curso
Avaliação	Banca examinadora composta por docentes do curso
Repositório	Os TCCs são armazenados no repositório institucional da FAES

12. ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACE)

O curso conta com 440 horas (10,2% da carga horária total) de Atividades Curriculares de Extensão, distribuídas em cinco eixos temáticos ao longo do curso:

- ACE I – Pluralismo Étnico-racial e Diversidade (2º período) – 80h
- ACE II – Direito Ambiental, Sustentabilidade e Responsabilidade Social (4º período) – 80h
- ACE III – Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania (6º período) – 100h
- ACE IV – Direito, Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural (8º período) – 80h
- ACE V – Direito, Educação e Tecnologia (10º período) – 100h

13. METODOLOGIA DE ENSINO

O curso adota metodologias ativas e inovadoras, integrando o ensino teórico à prática jurídica de forma progressiva. Entre as estratégias pedagógicas utilizadas:

- Aulas expositivas dialogadas com estudo de casos reais e simulados;
- Metodologia de Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP/PBL) e Casos (ABC);
- Seminários, debates, trabalhos em grupo e apresentações orais;
- Simulações de audiências, júri simulado e práticas processuais no NPJ;
- Uso de plataformas digitais, sistemas jurídicos eletrônicos e ferramentas de pesquisa jurisprudencial;
- Atividades extensionistas em comunidades, parcerias institucionais e ações sociais;
- Iniciação científica e produção acadêmica orientada.

14. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem é contínua, processual e formativa, utilizada como instrumento pedagógico de diagnóstico e melhoria. São utilizados diferentes instrumentos:

- Provas escritas (dissertativas e objetivas);
- Trabalhos individuais e em grupo;
- Seminários e apresentações;
- Relatórios de estágio e atividades práticas;
- Avaliação de TCC por banca examinadora.

A aprovação exige frequência mínima de 75% e desempenho satisfatório nas avaliações, com previsão de Exame Final para casos de aproveitamento entre os limites estabelecidos pelo Regulamento Acadêmico.

15. GESTÃO DO CURSO

Coordenadora do Curso	Prof. ^a Ms. Soane Lopes Beceveli – Regime de Dedicação Integral
Núcleo Docente Estruturante (NDE)	Prof. ^a Ms. Soane Lopes Beceveli Prof. ^a Dr. ^a Cláudia Mirella Pereira Ramos Prof. ^a Ms. Fátima Cecília Araújo Paes Wermellinger Prof. Ms. Gilberto Júnior Silva Lima Prof. Ms. Jeferson Fernando Celos
Colegiado de Curso	Composto por docentes e representação discente, responsável pelas decisões pedagógicas e acadêmicas do curso
PDI de Referência	Plano de Desenvolvimento Institucional 2026–2030 (atualizado em dezembro de 2025)

16. BASE LEGAL E NORMATIVA

- Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018 – Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito;
- Portaria MEC nº 2.051/2004 – Regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES;
- Decreto nº 9.235/2017 – Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação do ensino superior;
- Resolução CNE/CES nº 7/2018 – Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior;
- Portaria Normativa MEC nº 23/2017 – Fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento;
- Estatuto da OAB (Lei nº 8.906/1994) e regulamentações do Conselho Federal da OAB.

Faculdade Espírito Santo – FAES

Rodovia BR 101, KM 719, nº 2181, URBIS I, Eunápolis/BA – CEP: 45.829-110
PPC do Curso de Direito – Atualizado em abril de 2026